

A MATERIALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES SCALABRINIANAS NO BRASIL E O PROJETO ROMANIZADOR (1895-1915)

Lúcia Helena M. de M. Oliveira *

RESUMO

O texto apresenta reflexões a respeito do projeto romanizador no final do século XIX e a disseminação do ideário católico no Brasil no início do século XX, por meio das instituições escolares, especialmente, as scalabrinianas. Para realização do estudo, foi indispensável a análise das cartas encíclicas, escritas Papas Pio IX, Leão XIII e Pio X, no período de 1860 a 1903 (Igreja Católica,2005) dos escritos e direcionamentos do fundador da Congregação, João Batista Scalabrini, a historiografia da Congregação (Francesconi, 1973) e a inserção no universo das instituições escolares por meio dos documentos oficiais, projetos educacionais, currículos, legislações e outros que puderam contribuir para a tessitura da pesquisa. O aprofundamento teórico entrecruzado à análise dos dados encontrados nos arquivos das instituições possibilitou compreender o princípio fundante e norteador da ação educacional da Igreja no período e por fim, historicizar duas instituições escolares scalabrinianas que emergiram nesse período sendo elas: Orfanato Cristóvão Colombo-SP (1895 e 1906) em duas instalações e o Colégio Medianeira- RS (1915). Em síntese, entrecruzando a historicidade das instituições estudadas, foi possível perfilar a ação educacional scalabriniana, no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX: cuidar da infância abandonada, cultivar o carisma scalabriniano, trabalhar com a vocação, educar a mulher professora, instruir o homem para o mundo do trabalho, sobretudo, colaborar para construção da sociedade católica republicana brasileira. Esses seriam os objetivos consolidados no Brasil pelas Irmãs no período estudado, tendo em vista os contextos distintos e as regiões diversas nas quais as instituições se instalaram.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Histórias das Instituições Escolares. Educação scalabriniana.

1. Introdução

O texto que se apresenta é fruto das reflexões sobre o projeto romanizador no final do século XIX e a disseminação do ideário católico no Brasil no início do século XX, por meio das instituições escolares, especialmente, as scalabrinianas. Com base na análise das cartas encíclicas, escritas Papas Pio IX, Leão XIII e Pio X, no período de 1860 a 1903 (Igreja Católica,2005) dos escritos e direcionamentos do fundador da Congregação, João Batista Scalabrini, a historiografia da Congregação (Francesconi, 1973) e na inserção no universo das instituições escolares por meio dos documentos oficiais, projetos educacionais, currículos, legislações e outros é que foi possível a tessitura da pesquisa. O aprofundamento teórico entrecruzado à análise dos dados encontrados nos arquivos das instituições possibilitou compreender o princípio fundante e norteador da ação educacional da Igreja no período e por fim, historicizar duas

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia, Campus do Pontal. email luciahelena.ufu@gmail.com

instituições escolares scalabrinianas que emergiram nesse período sendo elas: Orfanato Cristóvão Colombo-SP (1895 e 1906) em duas instalações e o Colégio Medianeira- RS (1915). Nesse sentido, apresenta-se em um primeiro momento, o projeto da Igreja e a expansão das congregações; em segundo, o Orfanato Cristóvão Colombo-SP, como primeira instituição que demarca, efetivamente, a atuação das scalabrinianas no país, e por fim, o Colégio Medianeira-RS, momento no qual a Congregação buscou ampliar suas atividades educacionais e religiosas.

2. O projeto da Igreja e a expansão das congregações

É de fundamental importância para a discussão proposta, refletir sobre as concepções ideológicas da Igreja, no final do século XIX, período que o ultramontanismo consolida-se, no Brasil. Evidencia-se a Igreja, firme em seu propósito, anuciando a sujeição do poder monárquico ao Pontificado Romano e, nesse sentido, o Papa, representante oficial desse poder, passa a ser a autoridade máxima, com a primordial tarefa de direcionar e orientar eticamente a vida em sociedade. Nesse contexto, as encíclicas cumprem esse papel, pois são inúmeros os assuntos tratados e as orientações, nelas contidas, explicitam o objetivo de disciplinar à todos, conforme os ensinamentos de Pontificado romano.

Em consonância com o ideário católico, a Congregação Scalabriniana procurou atuar nos núcleos coloniais italianos, buscando recuperar a doutrina católica apostólica romana e, concomitantemente, reafirmar a nacionalidade. Interessante lembrar que a Constituição de 1891 havia rompido com o ensino de educação religiosa no âmbito público e, nesse sentido, as escolas laicas e protestantes figuravam nesse contexto como antídoto do catolicismo. Esse foi o principal motivo que levou o clero brasileiro a ampliar sua rede de escolas e de colégios com perfil bem distintos dos outros, enfatizando o currículo de cunho mais literário, clássico e propedêutico (Azzi, 1992) - estilo bem aceito e procurado pela parte mais tradicional da sociedade brasileira, bem como pela burguesia nascente, classe bem atendida nos colégios evidenciados e, como se afirmou, nos colégios da Congregação das Irmãs Scalabrinianas.

Foi nos primórdios da República que a Igreja sentiu-se rejeitada pela estrutura governamental, a partir da promulgação do decreto de separação Igreja e Estado, implicando, em primeira mão, na laicização do ensino e dos cemitérios e na obrigatoriedade do casamento civil. Sobre essa questão, ressalta-se a carta pastoral

coletiva de 1890, que explicita o pensamento dos bispos brasileiros, cujo teor refere-se à vontade de que a “sociedade brasileira toda inteira, compreendida sua parte dirigente, respeite a Religião, ame a Religião, não se separe da Religião, antes ame seus atos públicos ou privados, se inspire nos dictames sagrados que ella impõe à consciência” (Carta Pastoral, 1890, p.4).

A Constituição de 1891 dispôs sobre a liberdade individual e também sobre a liberdade de todos os credos de expressar publicamente seu culto, reconheceu somente o casamento civil, determinou que os cemitérios fossem administrados pela autoridade municipal e que o ensino ministrado nas escolas oficiais fosse leigo. Além disso, nenhum culto ou igreja seria subvencionado ou aliado à União ou ao Estado e todos os cidadãos, independentes do credo ou da função religiosa, teriam resguardados seus direitos. O protesto a essa ruptura, combate a essas medidas, foi veiculado nas primeiras décadas da República em todas as pastorais, jornais e periódicos católicos. Tal protesto foi uma condenação, expressando que o sustentáculo da nação não poderia deixar de ser a religião, como tradicionalmente era desde a colonização. Em relação ao laicismo, a Carta Pastoral esclarece que seria “um tremendo dilúvio de erros, cada qual mais pernicioso, que alaga a sociedade moderna, máxime na Europa e nas duas Américas, ameaça arrastar e subverter tudo em suas águas lodosas e pestilentas, tudo: família, instituições, leis, religião, sociedade!” (1890, p.10) .

Outro aspecto a assinalar, referente ao período, inclusive expresso na carta encíclica *Rerum Novarum*, é o empenho da Igreja em acomodar o “pobre” na sua condição de operário ou trabalhador como predestinação da Providência Divina e não como conseqüência própria do sistema sócio-econômico do país. Desse modo, aquietariam-se os ânimos, evitando-se a adesão maciça ao anarquismo e ao socialismo; aos movimentos grevistas, verdadeiros atentados à ordem, evitariam o surgimento e o desenvolvimento da consciência de classe. Quanto aos deveres, o proletariado deveria ser comprometido com o trabalho e o Estado, mediador e conciliador entre patrão e operário. Tratava-se de estabelecer regras para disciplinar a sociedade moderna. “Trata-se de normatizar, isto é, de estabelecer normas para o funcionamento e de normalizar, de fazer voltar à normalidade, à ordem. O limite: a sociedade deve funcionar conforme normas estabelecidas. O cerceamento, essas normas devem ser perenes e imutáveis (Manoel, 1992, p.23).

Tais normatizações levariam o proletariado, na lógica do sistema capitalista, a ceder a qualquer opressão e exploração, contribuindo para a harmonia social. Nesse

sentido, o cômputo das cartas encíclicas escritas por Leão XIII, de 1878 a 1903, dirigidas a todos os patriarchas, primazes, arcebispos e bispos do mundo inteiro, tendem a condenar o socialismo, o comunismo e o niilismo, estabelecendo certas regras para o possível combate.

Nesse sentido, o projeto que se instalava no final do século e que seria o sustentáculo da nova era, tinha seu ideário fundado na Igreja, objetivando formar o homem republicano e católico.

2. Orfanato Cristóvão Colombo – primeira obra scalabriniana no Brasil

Dentre as instituições filantrópicas do período do estudo para cuidar da infância abandonada destaca-se o Orfanato Cristóvão Colombo, no Bairro do Ipiranga, em São Paulo, considerada a pedra inicial da missão scalabriniana no Brasil. Intencionou-se, portanto, abordar a totalidade histórica na qual se inseria o Orfanato, a primeira República e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais, procurando descrever o movimento real desse contexto, intrinsecamente relacionado à concretude com o que foi factível no Instituto, em especial, suas particularidades.

O Orfanato foi criado para atender às necessidades de um dado contexto histórico: a orfandade e a imigração; uma história carregada de perdas, desencanto, pobreza, desemprego, exploração, entre outros problemas. Era um contexto em que as diferenças eram muito evidentes, o atendimento à criança pobre e abandonada era completamente diferente da criança abastada, protegida e amparada. O Orfanato existiu em um determinado tempo, escreveu sua história, demarcou seu espaço, mas, demarcou, sobretudo, seu campo de atuação diante do mundo do trabalho e do “apartheid social”. Mostrou qual classe social atenderia, cuidou da criança abandonada e explorada, preparando-a para o mundo do trabalho, como produto do modo de produção capitalista. Diante do exposto, alguma alusão se faz necessária a respeito das reformas educacionais que o Brasil vivia no entorno da escola de primeiras letras e, em específico, na instrução pública do Estado de São Paulo nesse período, visto que o próprio regulamento do Orfanato referia-se ao fato de que a ação educativa estaria em consonância com a mesma.

Dessa forma, foi possível construir, historicamente, a identidade do Orfanato como uma instituição que cuidou da criança abandonada paulistana e encaminhou-a para o mundo do trabalho na primeira República brasileira. Não obstante, na tentativa

de melhor expressar a história do Orfanato e relacioná-la com o ambiente que a envolvia foi imprescindível entrecruzar a dimensão micro com as dimensões meso e macro que envolviam o Orfanato, a sociedade do Ipiranga e da Vila Prudente, a sociedade paulista e brasileira do final do século XIX até a primeira República.

Segundo Sanfelice (2007), o regulamento ou estatuto seria, por assim dizer, “a materialidade-conteúdo enquanto antecipação ideal daquilo que deveria constituir a atividade própria da instituição”. De acordo com o regulamento, aos meninos e às meninas, seria ensinado as primeiras letras. A arte e as oficinas também seriam oferecidas desde que fossem comprovadas as aptidões e as disposições dos educandos, objetivando formá-los profissionalmente, “chegados à idade compete a directoria envidará todos os esforços pela boa collocação dos recolhidos”(Regulamento da escola profissional). Essa é mais uma evidência de que havia uma profunda preocupação em formá-los para o mundo do trabalho. A disciplina também era exigida em relação ao material utilizado, às ferramentas e às máquinas, sob a responsabilidade de cada aluno; em outras palavras, era a disciplinarização do trabalho.

Os princípios básicos do trabalho no Orfanato pautavam-se na ordem, na correção com docilidade e caridade e, no castigo, se necessário. Combatia-se o ócio, desejava-se manter, em um só grupo, o cultivo do respeito e da devoção, do silêncio, da unidade, da oração, da vigilância e da moral. Todos esses conceitos estavam embebidos pelos princípios e pelas bases da instrução pública do estado de São Paulo no período em evidência, visto que tinha como fito a formação da ordem, da civilidade e do progresso.

Observou-se que às meninas foi proposto currículo bem à moda do que se educou a mulher no Brasil desde a colonização. A elas seria ministrada uma instrução necessária à vida prática com finalidade de formar boas artistas, boas pessoas de serviço, boas donas de casa e boas mães de família (Francesconi, 1973)[†]. As boas artistas referem-se aos trabalhos manuais que seriam ensinados sob a orientação de professores da área. Essas são as orientações do artigo treze do regulamento em evidência. Como a foto evidencia, era considerável número de meninas que desde a tenra idade moravam no internato. Elas também concluíam o quarto ano primário.

Em geral, as meninas eram internadas com sete ou oito anos, cursavam as primeiras letras e dedicavam-se aos afazeres domésticos como bordados, tricô,

[†] “alle orfanelle sarà data la istruzione necessaria allá vita pratica com lo scopo de farne delle bueno artista, ottime persone de servizio, donne di cada e esemplari madri de famiglia.”

lavanderia, cozinha e arranjos de casa. Em função dessas atividades, a direção do Orfanato organizava regularmente bazares nos quais o material produzido era vendido à comunidade. A quantia arrecadada era revertida para o próprio Instituto. Pode-se afirmar que esses ensinamentos estavam, efetivamente, em consonância com o projeto de civilidade da nação brasileira e com os ideais da nascente República. Sendo assim, o contato com o trabalho para aquelas crianças órfãs significava a aprendizagem de um ofício, o início de uma profissão que as possibilitaria integrar-se à sociedade.

3. O Colégio São Carlos, atual Colégio Nossa Senhora Medianeira – um recorte pelo estado do Rio Grande do Sul

É importante ressaltar que o movimento de europeização da Igreja permeou o processo de instalação e de efetivação das Congregações no Brasil e, nesse sentido, o Rio Grande do Sul – Estado celeiro de imigrantes (Azzi) –, foi, efetivamente, influenciado pelo clero, formado por padres italianos e de outras nacionalidades.

Pode-se afirmar que o trabalho pastoral, educacional e religioso desenvolvido pela Congregação Scalabriniana, especialmente pelas Irmãs, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, também contribuiu para consolidação do projeto de romanização. À medida que enfatizavam, em suas atividades, a doutrina cristã, reforçavam o modelo tridentino e os ideários ultramontanos, por meio dos ensinamentos sacramentais e da pregação dogmática, prática muito comum na cultura italiana. Esse é o principal motivo de tanto empenho por parte dos padres scalabrinianos em relação à instalação das Irmãs junto às colônias no Rio Grande do Sul, objetivando preservar a cultura italiana em suas escolas. A questão, *italianidade*, na missão scalabriniana, esteve sempre acima de outros interesses, e Azzi (1988) afirmou ser esse um entrave em relação à expansão da Congregação no Brasil. Todavia, a especificidade da missão scalabriniana era o imigrante italiano.

Em carta de monsenhor Luís Mariano de Rocha[‡] ao arcebispo de Porto Alegre, nota-se que a nova escola a ser fundada em Bento Gonçalves foi recomendada às mais tradicionais famílias da cidade. A promessa era de uma educação sólida, uma instrução segundo os dogmas da Igreja romana, consolidando-se, assim, o projeto do Papa Leão XIII, expresso na *Encíclica Sapientiae Christiane*[§] [...] Nesse ponto são dignos de

[‡] Vigário Geral de Bento Gonçalves (SIGNOR, 2005, p. 195.)

[§]

admiração universal muitos católicos de várias nações que, com grande despesa e maior constância, criaram escolas para a educação de seus filhos. (Igreja Católica, 2005, p.407)

Referindo-se, ainda, à *Sapientiae Christiane*, Leão XIII determina, como obrigação universal, professar e propagar a doutrina da Igreja: “a primeira aplicação desse dever é professar, clara e constantemente a doutrina católica e propagá-la o mais que se puder.” (Igreja Católica, 2005, p.407). Considera-se, então, esse momento o ponto de partida para a expansão das atividades missionárias das Irmãs de São Carlos Borromeo no Rio Grande do Sul, a primeira missão das Irmãs no estado.

Pertinente à discussão é o fato de que o Medianeira instalou-se em Bento Gonçalves no momento em que o Rio Grande do Sul estava em poder de um grupo dirigente, tinha o objetivo de modernizar o Estado e, por isso, a Educação ocupava relevante lugar nos debates daqueles que ensejavam consolidar o projeto republicano. Também é importante considerar que republicanizar não era um projeto só do Rio Grande do Sul, mas dos republicanos; no entanto, não existia, ainda, uma política educacional nacional. A educação era a via para o conserto do país, para dar forma ao mesmo e a República ensejava uma nação moderna e desenvolvida, sobretudo, disciplinada, pois a ordem levaria ao progresso. A proposta educacional baseava-se em educar física, intelectual e moralmente os jovens para que a ordem fosse mantida e todos os cidadãos estivessem conscientes de seu papel e exercessem plenamente a cidadania. Segundo Corsetti (1998, p.1) “uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhorar garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social”.

Inicialmente, o Colégio ofereceu o curso primário e as atividades eram ministradas em italiano, por exigência do consulado italiano, com o objetivo de preservar o sentimento de italianidade na colônia. As orientações pedagógicas da própria Congregação contemporizam a presença de princípios cristãos em seu cotidiano, objetivo maior da infiltração de Congregações religiosas em meio ao povo, suscitando vocações, signatários. Além do currículo comum, ofereciam-se aulas de trabalhos manuais e de piano, práticas voltadas para educação feminina. O histórico do Colégio ressalta o quadro docente formado quase na totalidade por Irmãs, com exceção de algumas contratações. Nesse sentido, o trabalho, também, voltou-se para as atividades vocacionais com maior ênfase. Assim, o histórico do Colégio acentua a contribuição das

Irmãs para transformação do Rio Grande do Sul em um celeiro de boas e numerosas vocações.

Ressalta-se, ainda, sobre a instrução pública brasileira, que, na República, a descentralização do ensino persistia. Como não havia uma política educacional nacional, o Rio Grande do Sul, influenciado pelos positivistas, idealizou um projeto que objetivava formar o homem republicano, em detrimento do que se tinha – uma nação que não se consolidava, apenas um amontoado de gente.

Nos anos quarenta, o novo prédio do Medianeira, atendendo às exigências daquele contexto, passou a contribuir para a formação das moças riograndenses, sobretudo cumprindo o objetivo da Educação Brasileira de formar professoras/normalistas. Nesse sentido, o ensino primário organizado em cinco anos, passou a ser escola de aplicação e de experimentações das atividades didáticas do curso complementar de formação de professores para o ensino primário. Oferecia-se além do currículo comum, orientações trabalhos manuais e piano, voltados para educação feminina, sobretudo para as alunas que deviam ser solidamente formadas “nas virtudes preceituadas pela doutrina católica, condição fundamental tanto para a salvação individual, quanto para torná-la um centro irradiador de catolicismo e ter um ornamento cultural compatível com lugar social que ocupa, ou ocupará na sociedade” (Manoel, 2004, p.93). Esse é o matiz da educação feminina católica no Brasil: alocar essas moças, pobres ou ricas, em seus devidos lugares.

Entende-se, a partir dos componentes curriculares apresentados, um curso voltado para a formação do professor em nível médio, mantendo profícua relação com as reformas educacionais propostas pelo Estado Novo, mais especificamente com as Leis Orgânicas que, por sua vez, cumpriam com a tarefa de consolidar o ensino profissionalizante no Brasil. E, nesse sentido, o Curso Normal atenderia à parcela de famílias dos setores médios da população que desejavam aprimorar a educação de suas filhas.

O Colégio, formaria, acima de tudo, pessoas capazes de trabalhar, de obedecer, de honrar e de construir uma sociedade saudável, dentro dos princípios acima. As práticas disciplinares do corpo ocupavam papel importante na formação das futuras professoras, portanto, a ginástica era a forma mais eficaz de educar o corpo, prepará-lo para ser professora, trabalhar o ritmo, o tempo, o espaço, o movimento, enfim, todas essas atividades educam e disciplinam.

Considerações finais

Diante do exposto, retomamos tese de que a ação scalabriniana no Brasil, tinha como base o ultramontanismo, movimento enfatizado no final do século XIX, no Brasil e que caracterizou-se pelo combate veemente ao mundo moderno, ao racionalismo, ao anarquismo, ao liberalismo, ao comunismo e a qualquer outra seita anticatólica, alicerçada em princípios filosóficos modernos. Do ponto de vista do projeto republicano, cuidar da infância abandonada, no Orfanato, significou educá-la conforme os princípios de civilidade, de disciplina, da ordem, do trabalho, do progresso e do desenvolvimento. As crianças que perambulavam pela cidade incomodavam a ordem e a decência social, era então, necessário recolhê-lhas antes que infectassem a ambiência ou fossem contaminadas pelos males corruptíveis.

Educaram-se as crianças órfãs ou abandonadas – italianas e de outras nacionalidades cuidando-se da essência religiosa, assistindo-as e alimentando-as material e espiritualmente. Formaram-nas para exercer o papel de bom cidadão, ordeiro, obediente, tranquilo, na ótica do homem católico, mas, sobretudo, formaram o homem para o mundo do trabalho. Os meninos, além do primário, especializavam-se em um dos ofícios escolhidos – marceneiro, alfaiate, mecânico e outros –; logo que se formavam eram encaminhados e recomendados às pessoas de bem para prestação de serviços, munidos de todas as ferramentas necessárias para o exercício do ofício escolhido, ou iniciavam seu pequeno negócio, abriam pequenas oficinas especializadas. As ex-crianças abandonadas deixavam para trás o quadro de indolência para compor o novo quadro da sociedade trabalhadora paulistana. As meninas, via de regra, tiravam o primário e, em seguida, aprimoravam seus dotes domésticos, eram modeladas para serem boas moças, futuras donas de casa, ordeiras, responsáveis, encaminhadas também às famílias burguesas paulistanas para servir, com esmero, o seu ofício de doméstica, costureira, lavadeira; enfim, os ofícios considerados femininos. A instituição católica, como Orfanato, cumpria, assim, bem o seu papel de reformador, ou re-educador da criança abandonada.

Trilhando o percurso das instituições, o Colégio Medianeira (1915), diferentemente do Orfanato, não atendeu a criança abandonada, mas ofereceu educação para as crianças italianas, concentradas nos núcleos coloniais de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Colégio, em sua essência, emergiu dos princípios scalabrinianos, do carisma propriamente da Congregação, ao atender o imigrante,

expatriado, acolhendo-o na religiosidade e na italianidade. O objetivo principal dessa instituição era fortalecer o vínculo com a língua e a cultura italianas, sobretudo com a fé tridentina e a Igreja romana. Não só os ensinamentos religiosos eram imprescindíveis, como também a língua, a cultura e a tradição italianas.

Não obstante, o Colégio N.S. Medianeira inseria-se no contexto do Brasil republicano, período em que as lides políticas majoritárias arregimentavam forças para reconstruir e/ou republicanizar a sociedade, torná-la moderna e desenvolvida. O ensino primário era a condição mínima para republicanização e, com esse propósito, o Colégio iniciou suas atividades sem, contudo, excluir de seu projeto o investimento na vocação religiosa. Essa permeava as atividades cotidianas, suscitando os corações missionários e religiosos.

De todo modo, o Estado riograndense estabeleceu critérios aos quais todas as escolas, sem exceção, obedeceram, inclusive o Medianeira, formando o homem cidadão brasileiro. Esse homem deveria valorizar o amor à Pátria, à cultura, à arte e à língua brasileira ainda que fosse um italiano. O lema, brasiliade em tudo e em todos, constituiu-se a principal concepção educacional do período, imbuído pelo ideário de nacionalização. Durante os anos quarenta, quando o Colégio implantou o curso de normalistas, a intenção voltou-se para a formação da mulher burguesa, católica, ordeira, disciplinada e/ou da mulher pobre, católica, ordeira, disciplinada e trabalhadora ou da religiosa-missionária, pois o trabalho com as vocações esteve sempre presente no propósito de formar mais Irmãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azzi, R.(1992). A crise da cristandade e o projeto liberal. História do Pensamento Católico. v. 2. São Paulo, Paulinas.
- CARTA PASTORAL. Episcopado Brasileiro aos fiéis da igreja do Brasil. São Paulo: Typografia a vapor de Jorge Seckeler & Cia, 1890.
- CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). 1998. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1998.
- FRANCESCONI, Pe. Mario. Storia della Congregazione Scalabriniana: L'epoca missionaria nel Brasile (1888-1905), Roma: Centro Studi Emigrazione, 1973. v. 3.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1831-1878: Gregório XVI e Pio IX) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus,1999.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII) in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2005.
- LUSTOSA, O. F. (1977). Reformistas na Igreja do Brasil – Império, São Paulo, Boletim nº 17, 1977.

- MANOEL, I.A.(2004) O pêndulo da história: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá, Eduem.
- PASTORAL COLETIVA. Pastoral coletiva do episcopado brasileiro. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana,1900.
- Saviani, D.(2007)Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Isabel Moura. et al. (Org.). Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados.
- SANFELICE, J.L.(2008). História de instituições escolares: apontamentos preliminares. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 8, out. 2002. (HISTEDBR) Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Kleber%20Trevisam.doc>